

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

Sindicatos preparam seu "lobby"

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

"O povo é o poder constituinte." Com este slogan, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) lançou sua campanha para influenciar futuros constituintes. O DIAP representa 190 entidades filiadas, entre sindicatos, federações e confederações de todo o Brasil, e está funcionando desde dezembro de 1983, com sede em Brasília.

Segundo o assessor técnico da entidade, Ulisses Riedel Resende, a pedra angular do departamento é o suprapartidarismo. "Queremos mudanças e elas só podem ser legislativas. Para fazê-las, temos de contar com todos os partidos." O assessor afirma que "não escolhemos quem, o que importa é que esteja a favor de nossas propostas". Nenhum grupo sozinho tem força, conclui Ulisses Resende.

Para a Constituinte, o DIAP pretende concluir um texto sobre a ordem econômica e social e apresentá-lo a candidatos. A partir deste texto, "formar a consciência da importância do que deve ser

mudado", disse Ulisses Resende. Acrescenta o assessor técnico "que é preciso mostrar aos constituintes que eles não são parlamentares assegurados e sim porta-vozes do povo, das categorias, das classes sociais".

O método de trabalho que será usado pelo DIAP é "a partir de propostas concretas, buscar o comprometimento através do contato direto com parlamentares que se mostrem favoráveis às nossas questões". Pretende também a entidade publicar o perfil dos candidatos que não são favoráveis às suas propostas.

Outra proposta do DIAP para a Assembleia Constituinte é de que os pontos polêmicos da nova Carta Constitucional e de grande interesse social sejam apreciados por toda a população. A forma encontrada pelos sindicalistas é o uso do computador, através do aparelhamento dos tribunais eleitorais de todo o país. Ulisses Resende lembra que todas as semanas é auferida, através da Loto e Loteria Esportiva, a vontade de milhões de brasileiros, "sistema que poderia ser usado na consulta para

questões relevantes do País".

Ulisses Resende atesta que os "trabalhadores não têm recursos econômicos" para eleger seus representantes, por isso, "precisamos do debate público, do uso democrático dos meios de comunicação", para impedir o poder econômico de "tomar conta do poder". Acrescenta que "na medida em que o povo estiver organizado e com propostas concretas, suprapartidárias, a correlação de forças pode mudar a seu favor".

Avaliando o primeiro semestre legislativo da Nova República, Ulisses Resende acha que "na nossa área (trabalhista) não houve avanço, houve evolução no campo político". Assinala o assessor técnico do DIAP que "no campo social os trabalhadores estão na expectativa". "A Nova República vem bem, mas quero ver é na abertura econômica, que essa venha também", pediu ele. Para o Congresso funcionar melhor, é necessária uma mudança no Regimento Interno das duas Casas. — Câmara e Senado —, e o fim do voto de liderança, "para avaliarmos melhor os parlamentares que se escondem por trás dos seus líderes", disse Ulisses Resende.

O método de trabalho do DIAP, para influenciar parlamentares na defesa da classe trabalhadora, constitui-se na elaboração de projetos de lei, através de reuniões com entidades de todo o Brasil. Depois da proposta elaborada, é apresentada a parlamentares que a subscrevem e levam a plenário. Para votação, o departamento está com cinco projetos em andamento. O primeiro é sobre "proibição de demissões imotivadas", que já está na Câmara, subscrito por todos os partidos menos o PDS, segundo Ulisses Resende.

O segundo projeto é sobre o poder "normativo da Justiça do Trabalho"; o terceiro é sobre "organização sindical", verdadeiro "desafio para o DIAP, que tenta uniformizar o movimento", disse Ulisses Resende. O quarto projeto será sobre "lei de greve" e o quinto sobre "Constituinte".

GREVES

2 JUL 1985

Ministro reexamina lei

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, informou ontem em São Bernardo do Campo que sua assessoria deve entregar-lhe, ainda nesta semana, um texto contendo as sugestões e críticas feitas sobre o anteprojeto da nova lei de greve. De acordo com o ministro, as sugestões mais comuns até agora dizem respeito ao quórum de votação, à votação secreta, sua procedência ou não e à participação do Ministério do Trabalho nas negocia-

ções, "que só se dará quando houver impasse", argumentou.

O voto secreto, porém, não deverá ser aproveitado pelo Ministério do Trabalho, no novo projeto, pois, apesar de considerá-lo ideal, Pazzianotto acha inviável a sua aplicação na prática, alegando que o projeto da nova lei de greve não pode nascer já fadado a gerar uma legislação que não será cumprida. A informação é à Agência Globo.